



Presidência da República
Gabinete de Segurança Institucional
Agência Brasileira de Inteligência

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução da conclusão da modernização das instalações e equipamentos das subestações de energia da sede da Abin situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1 e 2 em Brasília-DF, de modo a adequar as instalações à legislação vigente, bem como melhorar seu desempenho energético e de segurança, na busca pela sustentabilidade ambiental e econômica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução da conclusão da modernização das instalações e equipamentos das subestações de energia da sede da Abin situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1 e 2 em Brasília-DF, de modo a adequar as instalações à legislação vigente, bem como melhorar seu desempenho energético e de segurança, na busca pela sustentabilidade ambiental e econômica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.	22225	UN.	1	R\$ 3.945.191,88

1.1.1. Compõem o contrato o fornecimento de todos os serviços, insumos, materiais e o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos Anexos deste Termo de Referência.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, com base no artigo 57 da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Os detalhes técnicos da solução estão detalhados no caderno de encargos e especificações técnicas anexo a este Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte.

5.2. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

5.2.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.2.2. A Contratada será responsável por concluir a modernização e retrofit de todas as subestações da Abin. O objetivo da modernização é a adequação e a recuperação das condições de segurança e desempenho operacional das instalações das subestações de Energia da Abin, em atendimento às atuais normas obrigatórias de segurança e desempenho da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e de outros órgãos de normatização

5.2.3. As especificações detalhadas dos equipamentos, instalações e todos os serviços a serem executados estão definidas no Termo de Referência e seus anexos. A especificação dos equipamentos já fornecidos também está detalhada no Termo de Referência e seus anexos. A contratada deverá concluir a instalação desses equipamentos, realizar o start-up dos equipamentos e executar todos os ajustes necessários para colocar as instalações e seus equipamentos em pleno funcionamento.

5.2.4. A licitante vencedora deverá efetuar a modernização das subestações considerando sempre as normas da ABNT, a qualidade do projeto, os requisitos de segurança, funcionalidade, adequação ao interesse público, economia, facilidade na execução dos serviços, sua conservação, manutenção, durabilidade, adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho com o mínimo impacto ao meio ambiente.

5.2.5. O serviço aqui descrito enquadra-se como não continuado, nos termos do art. 16, da IN 05/2017, já que ele impõe ao contratado o dever de realizar a prestação do serviço em um período predeterminado e a prestação do serviço irá se encerrar com o

fornecimento do objeto. Portanto, refere-se à prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3. Devem ser seguidas as seguintes práticas de sustentabilidade:

5.3.1. Deverão ser utilizados critérios de execução de serviços de modo a proporcionar a economia da manutenção e operacionalização das subestações e a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

5.3.2. A execução dos serviços pela CONTRATADA deverá visar à economia de energia e de água, utilizando materiais biodegradáveis sempre que houver disponibilidade no mercado.

5.3.3. Os materiais a serem utilizados na execução do serviço de modernização deverão prioritariamente atender às exigências das normas da ABNT, devendo possuir, nos casos específicos, selos de certificação de qualidade e de responsabilidade ambiental, bem como sua aplicação deverá ser rigorosamente dentro dos parâmetros de qualidade de sistemas construtivos relativos à boa técnica, economia e ecologia.

5.3.4. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

5.3.5. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

5.3.5.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

5.3.5.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

5.3.5.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

5.3.5.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

5.3.6. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

5.3.6.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

5.3.7. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

5.3.7.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

5.3.7.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

5.3.7.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

5.3.7.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

5.3.8. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

5.3.9. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

5.3.10. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

5.3.11. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

5.3.12. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

5.3.13. Nos termos do art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 04/06/2014, a CONTRATADA deverá observar que nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia, que estejam regulamentados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), conforme publicação no sítio eletrônico www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp, os modelos dos bens fornecidos devem estar classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição.

5.4. O contrato não demanda a necessidade de transição contratual com a empresa anterior e nem de transferência de conhecimento, tecnologias ou técnicas empregadas, na medida em que se refere a serviço comum praticado de forma similar por várias empresas no mercado.

5.5. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas em seção específica neste Termo de Referência.

6. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

- 6.1. A realização de vistoria é facultativa, observados os regramentos previstos no Edital.
- 6.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 11:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3445-8565.
- 6.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública, devendo a licitante executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.
- 6.3.1. Para a realização da vistoria, o representante da licitante deverá realizar prévio agendamento, conforme item acima, informando número do documento de identidade civil e CPF, a fim de realizar sua entrada no órgão, apresentar documento expedido pela licitante que comprove sua habilitação para realizar a vistoria além de documento que comprove seu registro no conselho de classe respectivo.
- 6.3.2. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 6.3.3. Realizada a visita/vistoria, a COENG emitirá o Atestado de Vistoria, conforme modelo definido anexo deste Termo de Referência, atestando textualmente que a Licitante vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto desta licitação.
- 6.3.4. A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, enquadrando a necessidade de eventuais alterações como álea ordinária, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.
- 6.3.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.4. Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria nos locais, firmará declaração conforme modelo anexo deste Termo de Referência, na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço do presente Termo.
- 6.5. A apresentação do Atestado de Visita/Não Vistoria, conforme modelo disponibilizado em anexo deste Termo de Referência, serão obrigatórios na fase de habilitação do certame.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.1. A execução dos serviços será iniciada logo após a emissão da Ordem de Serviço, anexa a este Termo de Referência, que ocorrerá após a assinatura do Contrato.
- 7.1.2. Assim que emitida a ordem de serviço já devem ser iniciadas as tratativas para a aquisição dos equipamentos a serem fornecidos e instalados para que não ocorra atrasos.
- 7.1.3. A ordem de serviço apenas será emitida após a entrega, à fiscalização do Contrato, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de todos os profissionais e disciplinas técnicas abrangidas pelo Contrato, conforme item 1.1 deste Termo de Referência.
- 7.1.4. Previamente à emissão da Ordem de Serviço, será realizada reunião da Contratante com a Contratada, devendo estar presentes, obrigatoriamente, os engenheiros e encarregados responsáveis pela execução dos serviços.
- 7.1.5. A Contratada não poderá iniciar os serviços antes da data expressa na Ordem Serviço.
- 7.1.6. Em caso de falha ou erro em qualquer documento, a Ordem de Início dos Serviços não será emitida pela Fiscalização até sua regularização.
- 7.1.7. Junto com a ART e para emissão da ordem de serviço, a Contratada deverá entregar cronograma detalhado da execução física prevista dos trabalhos para aprovação pela Contratante, devendo observar o máximo desembolso previsto no cronograma físico-financeiro.
- 7.1.8. Também como requisito para emissão da ordem de serviço, deverá ser entregue lista com nome, função, CPF e RG de todos os profissionais que adentrarão no Complexo da ABIN para prestar os serviços. Eventuais alterações na lista de funcionários apenas pode ser realizada 1 (uma) vez por semana. Funcionários que necessitem entrar esporadicamente, tais como entregadores, fornecedores ou similares, deverão ter o agendamento solicitado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 7.1.9. Os projetos, pranchas, especificações técnicas, desenhos e orçamento deverão ser seguidos impreterivelmente em todos os detalhes, sendo que, caso seja necessária qualquer alteração, a Fiscalização deverá ser previamente consultada e sua autorização expressa é essencial para que se proceda qualquer modificação.
- 7.1.10. Durante a execução dos serviços, se houver casos omissos, dúvidas, divergências, necessidade de modificações ou de readequações em algum detalhe executivo, a Contratada deverá, antes de tomar qualquer decisão, consultar a Fiscalização da Contratante, expondo seu parecer técnico sobre o assunto e aguardando sua deliberação e aprovação.
- 7.1.11. Os serviços serão desenvolvidos no Complexo sede da ABIN/DF, localizado no Setor Policial, Área 05, Quadra 01, Asa Sul - Brasília-DF nos horários de trabalho normal da contratante, ou seja, em horário comercial.
- 7.1.12. A Contratada deverá considerar em seu escopo atividades a serem realizadas fora do horário comercial e durante finais de semana, caso necessário.
- 7.1.13. Deverá ser alocado, no mínimo, 1 (um) engenheiro eletricista pleno, com ART registrada, **por, no mínimo, 8 (oito) horas diárias, ou seja, em período integral**, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, sendo o responsável pela interlocução entre a Contratante e Contratada, vedada a utilização de profissionais sem qualificação comprovada, como estagiários, aprendizes ou afins.
- 7.1.14. Caso os profissionais não detenham competência para o acompanhamento dos serviços, deverão ser substituídos sem ônus para a Contratante.
- 7.1.15. O responsável técnico deverá acionar a Fiscalização sempre que houver dúvidas durante a execução dos serviços, de forma a dirimi-las antes da execução, sob o risco de refazer os serviços em desconformidade.
- 7.1.16. Também deverá acionar a fiscalização de forma a atestar a conclusão dos serviços para fins de medição ou de teste.
- 7.1.17. O engenheiro eletricista responsável deverá ser o mesmo que consta nos documentos apresentados junto à proposta da Licitante, sendo aceita a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, formalizada previamente junto à Contratante.
- 7.1.18. Deverá também ser alocado 1 (um) encarregado geral, em tempo integral, com competência técnica adequada ao objeto de contrato, sendo o responsável pela gerenciamento e coordenação dos serviços em campo, orientando a mão de obra durante a execução do contrato.

7.1.19. Deverá também ser alocado 1 (um) técnico em segurança do trabalho com encargos complementares, com permanência mínima de 4 (quatro) horas diárias, conforme descrito no Termo de Referência e seus anexos.

7.1.20. O técnico em segurança do trabalho deverá elaborar as Análises Preliminares de Risco (APR) dos serviços a serem executados e fiscalizar a execução em campo das medidas de segurança recomendadas.

7.1.21. O engenheiro responsável, o encarregado geral e o técnico em segurança do trabalho deverão ser formalmente designados à fiscalização do contrato e ter sua indicação aceita.

7.1.22. O encarregado geral deverá possuir competência técnica comprovada mediante registro em carteira de trabalho e empresa e deverá ser apresentado formalmente à fiscalização da Contratada.

7.1.23. Os profissionais citados nos itens anteriores deverão seguir o regime de tempo especificado durante toda a duração do contrato, sendo responsáveis pelo preenchimento do Diário de Ocorrências e sua atualização, bem como pelo controle do uso de EPI's e EPC's, conforme NR-6 do Ministério do Trabalho e demais normativos aplicáveis.

7.1.24. Durante o desligamento de energia necessário para realização dos serviços relacionados à transição das instalações das subestações antigas para as subestações modernizadas a CONTRATADA deverá dispor de efetivo de mão de obra, material, ferramentas e equipamentos em quantidade adequada para minimizar ao máximo o período necessário de desligamento de energia. Para tanto, os serviços deverão ser realizados de maneira simultânea em todas as quatro subestações e na cabine de medição e proteção de entrada.

7.1.25. Todo o entulho e resíduos gerados devem ser periodicamente acondicionados e transportados para local apropriado dentro do canteiro, aguardando momento oportuno de transporte externo e destinação adequada, conforme legislação local e federal.

7.1.26. Nenhum entulho poderá ser retirado dos locais de trabalho antes da emissão e entrega à Fiscalização do correspondente CTR.

7.1.27. Os entulhos deverão ser dispostos em caçambas ou similares, sendo totalmente vedado deixá-los expostos no gramado da edificação, no interior desta ou sem condicionamento adequado.

7.2. É de responsabilidade da Contratada a guarda e a conservação de materiais, acessórios, peças e aparelhos durante a execução dos serviços, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

7.3. Caso a Contratada julgue não poder concluir os serviços dentro do prazo de execução contratual, esta deverá expor os motivos à Fiscalização, por escrito, em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de execução do objeto contratado, sendo necessária a celebração de Termo Aditivo para eventual dilação de prazo de execução e vigência previstos no contrato.

7.3.1. Essa exposição não representa aceitação de dilação de prazo pela administração, indica, porém, que será apenas analisada, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas neste Termo de Referência.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. O procedimento de verificação dos serviços será realizado periodicamente, *in loco*, pelos fiscais do contrato com base neste Termo de Referência e em seus anexos.

8.2. O contrato será gerido por um fiscal titular e um fiscal substituto, devendo todas as comunicações serem realizadas com eles e preferencialmente por escrito, inclusive por e-mail, devendo-se registrar no Livro de Ocorrências eventuais comunicações verbais.

8.3. É terminantemente proibida a comunicação sobre aspectos relativos à execução dos serviços com pessoas que não sejam os fiscais titular e substituto.

8.4. Os serviços que não atenderem aos requisitos técnicos e de qualidade serão considerados insatisfatórios e deverão ser corrigidos às custas da CONTRATADA.

8.4.1. Ao verificar erros de execução ou serviços insatisfatórios, os fiscais devem notificar a contratada para que os erros sejam corrigidos de modo a não comprometer a execução e qualidade do serviço.

8.5. Os serviços serão pagos mensalmente, com base nas faturas/medições emitidas pela CONTRATADA e atestadas pela CONTRATANTE, incluindo eventuais ajustes no valor a ser pago, observando o máximo desembolso previsto no cronograma físico-financeiro.

8.6. Os serviços apenas serão pagos quando a totalidade da etapa for concluída, conforme disposto no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, na planilha orçamentária e no cronograma físico financeiro, com exceção dos serviços de fornecimento e instalação dos Quadros Gerais de Baixa Tensão (QGBT's) das subestações A, B, C e DI, bem como do fornecimento e instalação dos cabos de baixa tensão que serão interligados a esses quadros. Nesse caso, será medido e pago 90% (noventa por cento) do valor do serviço total quando os QGBT's e os cabos forem entregues na Abin (desde que atendam os critérios de aceitabilidade definidos no projeto e respeitado o cronograma físico financeiro). Os 10% (dez por cento) do valor restante desses serviços serão pagos somente após a instalação completa, energização, comissionamento, start-up e o funcionamento completo dos QGBT's, dos cabos e das subestações como um todo.

8.6.1. O cronograma físico-financeiro do Contratante, anexo a este Termo de Referência, tem a função de apresentar a ordem de execução das etapas e o máximo de desembolso previsto.

8.7. Deverá ser seguido rigorosamente o cronograma detalhado de execução física previsto entregue para a fiscalização.

8.8. Os critérios de medição são os definidos no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo a este Termo de Referência.

8.9. O prazo de execução dos serviços será de 150 (cento e cinquenta) dias após a emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/1993.

8.10. Deverão correr por conta da Contratada eventuais testes nos produtos ou sistemas utilizados, conforme Art. 75 da Lei 8.666/1993.

8.11. As atividades desenvolvidas devem atender rigorosamente às exigências deste Termo de Referência e demais instrumentos anexos, além das respectivas normas técnicas nacionais ou, em caso de omissões nestas, normas internacionais.

8.12. A fiscalização do contrato rejeitará, no todo ou em parte, serviço em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e demais instrumentos anexos, nos termos do art. 76 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.13. As atividades mais relevantes que implicam na qualidade dos serviços são a instalação e o correto funcionamento dos equipamentos elétricos das subestações e da entrada de energia (poste de entrada, transformadores, disjuntores de média tensão, quadros elétricos, QGBT's, geradores de emergência e etc), teste e energização dos cabos de média tensão, fornecimento e instalação dos cabos de baixa tensão dos QGBT's, a emenda desses cabos de baixa tensão novos com os cabos de baixa tensão já existentes, bem como a transição das cargas das antigas subestações para as novas subestações, devendo atender rigorosamente às exigências deste Termo de Referência e demais instrumentos anexos, e às normas técnicas nacionais e internacionais na falta de disposições explícitas.

8.13.1. Caso haja alguma chuva enquanto os serviços não tenham sido concluídos, a Contratada deverá tomar todas as providências para extinguir os riscos de danos às instalações da Contratante, arcando com eventuais prejuízos, que serão descontados diretamente dos pagamentos devidos à Contratada.

8.14. A Contratada deverá, diariamente, entregar o Diário de Ocorrências do dia, que deverá, no mínimo, conter as informações do Modelo de Diário de Ocorrências anexo a este termo de referência.

8.14.1. A Contratante deverá ter acesso ao Diário de Ocorrências, a fim de incluir observações neste.

8.14.2. Não será aceito Diário de Ocorrências em que o acesso à Contratante para incluir observações seja negado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

9.11.1. "as built" elaborado pelo responsável por sua execução;

9.11.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

9.11.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

9.11.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

9.11.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

9.11.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

9.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou que se verifique no local dos serviços.

10.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- 10.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 10.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 10.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 10.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 10.23.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante.
- 10.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC.
- 10.25. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço, fazendo constar seu nome completo, CPF e RG.
- 10.26. Apresentar, por ocasião de cada medição, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários de todos os profissionais constantes do subitem anterior.
- 10.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme as categorias profissionais utilizadas na prestação dos serviços.
- 10.28. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 10.28.1. Tal obrigação se dá a fim de garantir o sigilo e segurança das instalações da ABIN.
- 10.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.
- 10.30. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante.
- 10.31. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 10.32. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.
- 10.33. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante.
- 10.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 10.35. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 10.35.1. Providenciar, em no máximo 5 (cinco) dias após assinatura do contrato, ART's e registros/vistos necessários no CREA/DF, referentes ao objeto de contrato e às suas especialidades pertinentes, apresentando prova do registro à Fiscalização do contrato para verificação.
- 10.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 10.37. Elaborar o Diário de Ocorrências incluindo diariamente, pelo responsável técnico, as informações sobre o andamento do serviço, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 10.38. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de operação.
- 10.39. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006: a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; c) florestas plantadas; e d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 10.40. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos

termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.40.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

10.40.2. Comprovantes de registro regular do fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

10.40.2.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

10.40.3. Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.

10.40.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.40.3.2. Caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não-nativos (p. ex. eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a Contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.

10.41. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.41.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

10.41.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, entregando à Contratante o certificado de destinação e obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.41.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

10.41.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.41.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.41.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.41.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

10.41.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a Contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

10.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

10.42.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.43. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao local dos serviços.

10.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos.

10.45. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

10.46. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

10.47. Providenciar a imediata correção de deficiências apontadas pela Fiscalização quanto à execução do objeto contratado.

10.48. Verificar, *in situ*, as condições para a execução do contrato, tomando as precauções e cuidados necessários para garantir a estabilidade das estruturas, elevações, equipamentos, canalizações, redes, pavimentação, propriedades de terceiros, segurança dos operários e transeuntes que possam ser atingidos e sofrer avarias durante a execução de todas as etapas dos serviços.

10.48.1. Quaisquer danos causados pela Contratada diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, ação ou omissão, inclusive de seus profissionais, serão de inteira e única responsabilidade da Contratada, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

10.48.2. A Contratada deverá recompor todos os elementos que forem danificados durante a execução dos serviços usando materiais e acabamentos idênticos e/ou similares aos existentes.

10.48.3. A Contratante poderá descontar dos pagamentos devidos à Contratada ou da garantia os valores referentes a todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços contratados.

10.48.4. A fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Contratante não exclui ou reduz essa responsabilidade.

10.49. Manter os profissionais, quando nas instalações da Contratante, com apresentação condizente ao ambiente onde o serviço será executado e devidamente fardados e identificados com uso permanente de crachá.

10.49.1. A Contratada deverá também responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, na hipótese de ocorrência da espécie, sendo vítimas seus empregados, no desempenho de atividades relativas ao objeto deste Contrato, ainda que ocorridos em via pública ou nas dependências da Contratante.

10.50. Armazenar, em local indicado pela Fiscalização, todos os materiais que forem retirados, para avaliação da Contratante. Todo material retirado, descrito nas especificações deste Projeto Básico cujo descarte não foi autorizado, pertence à Contratante.

10.51. Prestar, prontamente, toda a assistência técnico-administrativa necessária para a regular fiscalização do Contrato, mantendo preposto aceito pela Contratada e com competência para responder e tomar decisões pela Contratada, permitindo também o livre acesso da Fiscalização ao local dos serviços.

10.52. Acatar as determinações feitas pela fiscalização da Contratante no que tange ao cumprimento deste Contrato.

10.53. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.54. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.55. Observar postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança orgânica/corporativa da Contratante, incluindo a necessidade de guarda de sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, instruindo seus empregados quanto à necessidade de acatar tais normas.

10.56. Apresentar declaração da fabricante dos equipamentos atestando que a garantia será mantida com os serviços prestados pela contratada, sob pena de assumir a obrigação de reparar eventuais danos caso a garantia seja perdida.

10.57. Executar acabamentos, verificações em todos os trabalhos realizados, recolhimento de sobras de materiais e limpeza da área onde serão executadas as intervenções de trabalho. Os materiais eventualmente não utilizados serão de propriedade do Contratante.

10.58. Submeter, por escrito, para análise e aprovação prévias da Contratante, quaisquer mudanças nos métodos executivos e/ou materiais que fujam às especificações do Caderno de Encargos e deste Termo de Referência.

10.58.1. Não serão aceitos pela Fiscalização os serviços executados ou os materiais empregados sem a referida aprovação.

10.58.2. Uma vez aprovados os métodos e/ou materiais a serem utilizados e suas condições de execução, os demais lotes/partidas ainda ficarão sujeitas à aceitação da fiscalização.

10.58.3. Depois de verificadas pela Fiscalização, as amostras serão conservadas no canteiro de serviço até o final dos trabalhos, de forma a facilitar a qualquer tempo a verificação de sua perfeita correspondência com os materiais fornecidos ou já empregados.

10.58.4. Se julgar necessário, a Contratante poderá solicitar ainda a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos. Os ensaios e as verificações correrão por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante.

10.59. Executar os serviços nos horários predeterminados pela Contratante, conforme horário de expediente normal do órgão.

10.59.1. Solicitar formal autorização da Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para execução de serviços fora do horário normal de expediente (noite, fins de semana e feriados).

10.59.2. A autorização estará condicionada à expressa autorização do órgão, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade.

10.60. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a Contratante for compelido a responder, em decorrência desta contratação.

10.61. Dimensionar sua proposta de forma que englobe o fornecimento de toda ferramenta, equipamento e utensílio para uso no canteiro de serviço de acordo com o plano de execução pretendido, observadas as determinações deste Termo de Referência, além de licenças, impostos, taxas e outras cobranças de órgãos públicos, associações, conselhos e entidades afins.

10.61.1. A proposta deverá considerar eventuais despesas de transporte, carga, descarga, movimentação, içamento, perdas e estocagem, dentro e fora do local dos serviços, assim como o processo de sua utilização, além da limpeza final dos locais que sofreram intervenção.

10.61.2. A proposta deverá considerar eventuais testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos.

10.62. Designar um engenheiro eletricista pleno, em período integral, com permanência mínima diária de 8 (oito) horas, para representá-la e controlar os serviços, enquanto durarem os serviços.

10.63. Designar um encarregado geral para administrar e controlar os serviços em tempo integral, com permanência mínima e diária de 8 (oito) horas, enquanto durarem os serviços.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando

as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Caderno de Especificações Técnicas, bem como os demais projetos e especificações anexos a este Termo de Referência, para a aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.9.1. A utilização do Caderno de Especificações Técnicas e dos projetos anexos a este Termo de Referência não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos adicionais para a avaliação da prestação dos serviços.

13.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12.1. A avaliação de desempenho e de qualidade da prestação dos serviços será feita com base nos requisitos e especificações do Termo de Referência e dos seus anexos.

13.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

13.16.1. No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Termo de Referência, seus anexos e demais instruções fornecidas pela Fiscalização ou, de modo geral, com a boa prática da engenharia, poderá a Contratante, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação (total ou parcial) dos trabalhos defeituosos ou a reexecução dos serviços concluídos, sem ônus à Contratante.

13.16.2. Os serviços rejeitados pela Fiscalização, por não estarem de acordo com este Termo de Referência, deverão ser refeitos corretamente e com antecedência necessária para não prejudicar o andamento cronológico da contratação, arcando a Contratada com o ônus do fato.

13.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

14.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade, conforme explicitado no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

14.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

14.1.4. As medições deverão conter somente os serviços efetivamente prestados, vedado considerar materiais estocados no local para utilização futura. As únicas exceções a essa regra serão o fornecimento e instalação dos Quadros Gerais de Baixa Tensão das subestações A, B, C e DI e o fornecimento e instalação dos cabos de baixa tensão que serão interligados aos QGBT's das subestações A, B, C e DI. Nesse caso, conforme já detalhado no item 8.6 desse Termo de Referência e no cronograma físico-financeiro, será pago 90% do valor total dos serviços quando os QGBT's e os cabos forem entregues na Abin (desde que atendam os critérios de aceitabilidade definidos no projeto e respeitado o cronograma físico financeiro). Os 10% (dez por cento) do valor restante desses serviços serão pagos somente após a instalação completa, energização, comissionamento, start-up e o funcionamento completo dos QGBT's, dos cabos e das subestações como um todo.

14.2. As medições deverão respeitar as determinações do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas.

14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.3.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

14.3.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até 90 (noventa) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14.7. Recebimento Provisório

14.7.1. Executado todo o serviço no escopo do Contrato, estando o mesmo em condições de ser recebido, a Contratada deverá comunicar a ocorrência à Fiscalização, por escrito e dentro do prazo contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de Recebimento Provisório.

14.7.1.1. A emissão da comunicação acima referida fora do prazo contratual caracterizará atraso, sujeitando a Contratada às penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência.

14.7.2. Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria, em até 15 (quinze) dias contados a partir do término do serviço, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório, o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.

14.7.2.1. Em caso de constatação pela Fiscalização da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação referida no subitem 14.7.1 acima, o que implicará a não emissão do Termo de Recebimento Provisório e a caracterização de atraso caso ultrapassado o prazo contratual.

14.7.3. Caso, durante a vistoria para o Recebimento Provisório, a Fiscalização constatar algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências, concedendo-se prazo compatível, de, no máximo, 15 (quinze) dias da data da emissão do Termo, para a Contratada, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.

14.7.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, serviço em desacordo com a legislação, o contrato, a proposta vencedora ou o Termo de Referência e seus anexos, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14.7.5. São impeditivos para Recebimento Provisório quaisquer danos, avarias ou defeitos que impeçam o pleno funcionamento, estética, ocupação ou utilização da edificação e seus elementos.

14.7.5.1. Não será realizado Recebimento Provisório com serviços não executados, assim considerados aqueles executados parcialmente ou que não atendem às especificações do projeto.

14.7.5.2. Serviços inicialmente aceitos, mas que apresentaram vícios ou defeitos de ordem técnica durante o recebimento provisório, após a respectiva medição, deverão ser corrigidos, registrando ocorrências no Termo de Recebimento Provisório.

14.7.6. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a Contratada efetuará, dentro do prazo acordado e por escrito, comunicação à Fiscalização solicitando a realização de nova vistoria.

14.7.6.1. Caso, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

14.8. Recebimento Definitivo

14.8.1. No prazo de até 90 (noventa) dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório (se não houver pendências), será observado o funcionamento/produzibilidade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada vistoria por servidor ou comissão designada pela Administração, com vistas à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

14.8.2. Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 10 (dez) dias contados da vistoria, para efetuarem-se as correções necessárias. O não cumprimento do prazo a que se refere este subitem caracterizará atraso.

14.8.3. Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da Contratada, será efetuada vistoria final e, após a verificação da perfeita adequação do serviço aos termos do presente Termo de Referência e seus anexos, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias da comunicação da Contratada.

14.8.4. O valor da última fatura, conforme definido no cronograma físico-financeiro, somente será liberado para pagamento após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e cumprimento de todas as obrigações da Contratada, tais como entrega da documentação

as-built, todos os diários de ocorrências, manuais e termos de garantia dos equipamentos e produtos utilizados na execução dos trabalhos.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 15.4.1. o prazo de validade;
- 15.4.2. a data da emissão;
- 15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 15.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 15.4.5. o valor a pagar; e
- 15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada.
- 15.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 15.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento
- 15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$(6 / 100)$ 365	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	--------------------	--

16. REAJUSTE

- 16.1. Os preços são fixos e irrecorríveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC-M - Índice Nacional da Construção Civil - exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 17.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 17.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 17.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 17.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 17.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 17.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 17.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 17.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 17.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 17.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 17.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 17.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 17.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.12. Será considerada extinta a garantia:
- 17.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 17.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 17.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 17.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.1.5. cometer fraude fiscal;
- 18.1.6. não manter a proposta.
- 18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa de:**

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 1,0% por dia sobre o valor total do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,6% ao dia sobre o valor do contrato
4	0,8 % ao dia sobre o valor do contrato
5	1,0 % ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
5	Deixar de comparecer a reuniões de início dos serviços ou de avaliação/acompanhamento.	03
6	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
8	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos que não sejam a execução do objeto contratado.	02
9	Deixar de providenciar a remoção contínua de entulho e detritos dos locais de serviço, utilizando-se de transporte para local apropriado e autorizado pelo Poder Público.	02

10	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
11	Deixar de entregar a ART/RTT, o Diário de Ocorrências, o Programa de Gerenciamento de Riscos e demais documentos pertinentes à execução do Contrato	02
12	Permitir a presença de profissional sem uniforme e/ou EPI.	01
13	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
14	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
15	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
16	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
17	Deixar de recompor os elementos danificados durante a execução dos serviços, utilizando materiais e acabamentos equivalentes aos pré-existentes.	02
18	Reutilizar materiais sem autorização expressa da fiscalização.	02
19	Permitir a presença de profissional sem uniforme e/ou EPI.	01
20	Deixar de disponibilizar relatório diário de ocorrências, diariamente atualizado, para a análise da Fiscalização.	01

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

19.3.1.1. Justificativa: O inciso I do art.30 da Lei 8.666/93 autoriza o Órgão a exigir para fins de qualificação técnica dos interessados "registro ou inscrição na entidade profissional competente". A atividade econômica de engenharia e arquitetura está regulamentada pela Lei 5.194/66, neste caso o exercício não é totalmente livre, devendo-se moldar às normas previstas na legislação de regência. O registro pode ser exigido nos casos em que a profissão ou atividade exercida pela licitante se encontrar regulamentada através de lei em sentido estrito. A exigência do edital decorre da literalidade do art. 1 da Lei 6839 de 30.10.1980. Por outro lado, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), na Resolução n.º 336, de 27 de outubro de 1989, art. 4º, determina que a pessoa jurídica enquadrada em qualquer uma das classes do Art. 1º só terá condições legais para o início da sua atividade técnico-profissional, após ter o

seu registro efetivado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

19.3.2. Atestado ou declaração de capacidade técnico-operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com aval do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da região competente, por meio de CAT com registro de atestado, que indique a licitante como empresa contratada para execução dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, quais sejam:

19.3.2.1. Serviço de construção, reforma, retrofit ou modernização de subestação de energia com potência individual mínima de pelo menos 500 kVA.

19.3.2.2. Justificativa: Caberá a Administração Pública com base na Lei 8.666/93 exigir atestados referentes à capacitação técnica da licitante, com vistas à comprovação de aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação (Art. 30, II e seu § 1º, I). A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica não tem como objetivo limitar o caráter competitivo que deverá nortear o procedimento licitatório, mas apenas aferir a experiência anterior da licitante quanto ao objeto da licitação, necessária para a garantia da qualidade do serviço, não restringindo desta forma a competitividade do certame, de modo a dar cumprimento ao art. 37, inciso XXI, da CF, e ao artigo 3, §1º da lei 8.666/93. A potência mínima adotada corresponde à potência mínima da subestação de menor capacidade a ser modernizada, conforme projeto e caderno de encargos e especificações técnicas.

19.3.2.3. Não será aceito o somatório de quantitativos de diferentes atestados para o mesmo serviço, em virtude da diferença da técnica a ser utilizada para a execução de subestações com potência mais elevada. Ou seja, a potência mínima de 500 kVA para a subestação deverá estar em um único atestado.

19.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

19.3.4. Serviço de construção, reforma, retrofit ou modernização de subestação de energia com potência individual mínima de pelo menos 500 kVA.

19.3.4.1. Justificativa: Caberá a Administração Pública com base na Lei 8.666/93 exigir atestados referentes à capacitação técnica dos profissionais envolvidos na execução dos serviços, com vistas à comprovação de aptidão pertinente e compatível em características com o objeto da licitação (Art. 30, II e seu § 1º, I).

19.3.4.2. Não será aceito o somatório de quantitativos de diferentes atestados para o mesmo serviço, em virtude da diferença da técnica a ser utilizada para a execução de subestações com potência mais elevada. Ou seja, a potência mínima de 500 kVA para a subestação deverá estar em um único atestado.

19.3.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

19.3.6. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

19.3.7. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executados os serviços de engenharia

19.4. O critério de julgamento da proposta é o de **menor preço global**.

19.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

19.6.1. **Valor Global:** será considerado como valor máximo da contratação o valor estimado na planilha orçamentária de R\$ 3.945.191,88 (três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil cento e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

19.6.1.1. Por se tratar de empreitada por preço global, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos e documentos anexos a este Termo de Referência.

19.6.2. **Valores unitários:** conforme planilha de composição de preços anexa a este Termo de Referência.

19.7. A proposta vencedora deverá conter como anexos os documentos abaixo, com a devida indicação de seu autor e registro no conselho de classe respectivo:

19.7.1. Planilha sintética de orçamento, com preços unitários, totais e global para a execução dos serviços objeto de contratação.

19.7.1.1. A planilha deverá ser assinada pelo responsável técnico e deverá conter seu nome completo e número de registro no CREA/CAU;

19.7.2. Composição analítica dos custos unitários de todos os itens da planilha orçamentária, com demonstração da origem e da formação dos preços dos insumos e serviços, bem como a indicação dos coeficientes de produtividade.

19.7.2.1. A planilha deverá ser assinada pelo responsável técnico e deverá conter seu nome completo e número de registro no CREA/CAU;

19.7.3. Planilha discriminativa com os valores de percentuais unitários e total da composição do BDI a ser utilizado pela licitante.

19.7.3.1. As despesas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, em atendimento ao preconizado pelo Tribunal de Contas da União - TCU, não devem ser consideradas no cômputo das despesas indiretas;

19.7.4. Planilha de composição dos encargos sociais;

19.7.4.1. O percentual relativo às leis sociais a serem aplicados nos custos de mão de obra deverá coincidir com os definidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI da Caixa Econômica Federal, como indicado em anexo deste Termo de Referência;

19.7.5. Cronograma físico-financeiro, elaborado pela licitante, com periodicidade mensal e subdividido em tantas fases/etapas quanto forem necessárias para bem caracterizar o andamento do serviço.

19.7.5.1. **Os pagamentos de administração local deverão ser proporcionais à execução financeira do serviço**, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da

Constituição Federal e nos arts. 55, inciso III, e 92 da Lei nº 8.666/1993;

19.7.5.2. Ao final de cada mês, deverá apresentar sumário com a indicação do percentual de cada fase/etapa concluída, assim como do desembolso financeiro referente a cada fase/etapa.

19.7.6. **Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.**

19.8. A formatação das planilhas da licitante deverá coincidir ao máximo com as formatações adotadas nas planilhas apresentadas nos anexos. **Além disso, no data marcada para a abertura das propostas, a proposta de preço deverá ser apresentada, também, em arquivo de planilha digital.**

19.9. A proposta de preço da licitante vencedora deverá conter declaração expressa de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos, tais como: salários; ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais; EPIs, seguros, transportes, materiais, peças, equipamentos, ferramentas, serviços, montagens, instalações, infraestrutura, testes, garantias; desmontagem, montagem e transporte dos equipamentos; treinamento, e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e seus anexos.

19.9.1. A não descrição de materiais, equipamentos, peças e/ou insumos necessários à execução dos serviços não pode ser invocada pela Contratada como motivo para eventuais e posteriores acréscimos de preço.

19.9.2. A indicação de quantitativos incluídos na proposta, referentes aos serviços descritos na planilha orçamentária, é de inteira responsabilidade do proponente, não lhe sendo admitida a arguição de omissões, enganos, esquecimentos e erros posteriores com a pretensão de alterar o valor global proposto.

19.9.3. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da licitante vencedora.

20. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

20.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 3.945.191,88 (três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil cento e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

20.2. Nos termos da Lei 12.546/2011, no Art. 7º, III, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta as empresas do setor de construção civil. A opção da desoneração por serviço ou para toda a empresa se dá quando a empresa é contratada por empreitada total, que é aquela na qual a empresa assume a responsabilidade direta pela execução de todos os serviços necessários à realização do serviço, que é o caso presente.

20.2.1. Atualmente, a alíquota da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB - para as empresas da construção civil é de 4,50 %, e tal alíquota entra na composição do BDI, na parte relativa aos impostos.

20.2.2. Conforme detalhado na Planilha Orçamentária, foram adotados valores referenciais iguais aos do SINAPI de outubro/2021, não desonerados, em conformidade com o Art. 3º do Decreto 7.983, de 2013, uma vez que tal composição proporcionou os menores custos para a administração pública. Contudo, cabe às licitantes a aplicação da correta tributação a qual estiverem vinculadas.

20.2.3. Com relação aos quantitativos, foram adotados os presentes nos projetos anexos a este Termo de Referência, sendo responsabilidade da Contratada o levantamento dos quantitativos a serem incluídos em sua proposta.

20.2.4. Quando não foi possível a obtenção direta do serviço a ser executado, obedecendo as especificações técnicas do projeto fornecido, foi elaborada composição própria, utilizando o banco de dados do SINAPI (outubro/2021) em associação ao banco de dados do SBC (novembro/2021), ORSE (setembro/2021) e CPOS (agosto/2021), conforme detalhado na Planilha Orçamentária.

20.3. O percentual de BDI adotado segue as recomendações do art. 9º do Decreto 7.983, de 2013, através da adoção dos referenciais propostos pelo Tribunal de Contas da União - TCU - por meio do Acórdão nº 2622/2013 - TCU - Plenário, conforme memória de cálculo da Planilha de Composição do BDI.

21. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

21.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

22. **ANEXOS**

22.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

22.1.1. Estudo Técnico Preliminar (SEI 0336171);

22.1.2. Caderno de Encargos e Especificações Técnicas (SEI 0368778);

22.1.3. Declaração de Vistoria/ Não vistoria (Modelo) (SEI 0378546);

22.1.4. Ordem de Início dos Serviços (Modelo) (SEI 0378551);

22.1.5. Diário de Ocorrências (Modelo) (SEI 0378563);

22.1.6. Planilha Orçamentária Completa, contendo: orçamento sintético, orçamento analítico (composições de custo unitário), composição de BDI, composição de encargos sociais, cronograma físico-financeiro (SEI 0488857);

22.1.7. Projeto Executivo (SEI 0387414);

22.1.8. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (SEI 0488889).

INTEGRANTE TÉCNICO TITULAR

INTEGRANTE REQUISITANTE TITULAR

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO TITULAR

Documento assinado eletronicamente

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -